

Cultura Política e Historiografia Alemã No Século XIX: A Escola Histórica Prussiana e a *Historische Zeitschrift*.

Professor Adjunto de Teoria da História
Julio Bentivoglio
PPGHIS-UFES
E-mail: juliobentivoglio@gmail.com

RESUMO

A constituição da ciência histórica alemã no século XIX coincidiu com um momento ímpar da própria história da Alemanha – o processo de unificação política e de formação do Império – no qual a investigação histórica esteve direta ou indiretamente relacionada à emergência do nacionalismo e à política prussiana. Naquele período, duas *escolas* históricas se tornaram referências aos jovens historiadores: a escola rankeana e a escola histórica prussiana. Este artigo pretende caracterizá-las e discutir a formação da cultura historiográfica germânica oitocentista tomando como referência a *Historische Zeitschrift*.

Palavras-Chave: teoria da história; história intelectual; historiografia alemã; século XIX.

ABSTRACT

The constitution of the German historical science in the nineteenth century coincided with an unprecedented moment of the history of Germany – the process of political unification and formation of the Empire – in which historical research was directly or indirectly related to the emergence of nationalism and Prussian policy. At that time, two schools have become historical references to young historians: the Rankean school and the Prussian Historical Pchool. This article aims to characterize them and discuss the formation of the 19th century Germanic cultural historiography taking the *Historische Zeitschrift* like reference.

Keywords: theory of history; intellectual history; german historiography; nineteenth century.

Tarefa difícil definir escolas históricas, delimitando-as num certo tempo e espaço, localizando suas idéias de força e os elementos que conferem identidade aos historiadores que as compõem. Um recurso que permite um primeiro passo

nesta direção é analisar seus expoentes, bem como sua produção o que, invariavelmente, nos leva a um determinado periódico. Tal como podemos vislumbrar uma *escola dos Annales* nas páginas da revista homônima ou uma Nova Esquerda Inglesa nos artigos da *New Left* seria possível identificar uma Escola Histórica Prussiana nas páginas da *Historische Zeitschrift*?

Lamentavelmente a historiografia alemã durante o século XIX foi reduzida a uma imagem distorcida e caricata de um historiador só: Franz Leopold von Ranke. Como se toda a produção historiográfica germânica adotasse a *escrita rankeana* da história. Essa imagem duradoura que surge ainda hoje em certas interpretações (FUNARI & SILVA, 2008) oblitera a existência de diferentes *escolas* – ou movimentos – em solo alemão durante o oitocentos, das quais se destacaram de um lado Ranke e seus seguidores e de outro a Escola Histórica Prussiana, tal como localizam os intérpretes (Iggers, 1983) (SOUTHARD, 1995). É este o objeto das linhas que se seguem, discutir a historiografia germânica em suas linhas mais gerais e analisar o contexto histórico em que foi produzida, tomando como referência a *Historische Zeitschrift* (Revista Histórica), criada por Heinrich von Sybel em 1859, periódico que existe até hoje e oferece um panorama bastante sensível da produção historiográfica alemã.

Em Michel de Certeau (2002) encontramos uma chave analítica acurada para se pensar a operação historiográfica e, por conseguinte, a produção individual e coletiva dos historiadores, visto ser resultante da relação entre determinados processos de institucionalização – os *lugares* –, a conformação de determinadas regras ou métodos – as *práticas* – e, por fim, a expressão e materialização de um saber consubstanciado em regimes de *escrita*. Em outras palavras, nesta operação observa-se a reprodução de algumas estratégias funcionais: a institucionalização e reunião em torno de centros universitários privilegiados, a adoção de procedimentos metodológicos semelhantes e o exercício de uma forma de escrita, que, a seu modo, privilegia um periódico particular; responsável por integrar os sujeitos do saber, as práticas e os circuitos de circulação do conhecimento histórico, produzindo um vínculo entre as universidades, os historiadores, as associações científicas e os arquivos, garantindo a gênese e a divulgação das idéias

do grupo. Longe de querer propor um esquema, tenho me convencido de que as *escolas* históricas dos séculos XIX e XX parecem seguir um certo *desenho*: sua duração – constituição e influência – não costuma exceder um século; orientam-se a partir de um grande centro, uma universidade que se destaca e projeta suas obras históricas que são reconhecidas e traduzidas em outros países¹ e, por fim, cujo programa e identidade do grupo é cristalizado por meio de um instrumento de difusão fundamental, uma revista, uma coleção, uma série. Seria possível localizar ainda outras iniciativas que consubstanciam as escolas, relacionadas ao acesso e controle privilegiado de certas fontes. Senão vejamos, a Escola Histórica Prussiana sediada na Universidade de Berlim tornou-se pujante já em meados de 1840, notabilizou-se pela publicação da *Monumenta Germanicae Historica* e uma das referências centrais do grupo foi a *Historische Zeitschrift*, tendo seu ocaso ocorrido em meados da virada do século após a querela de Karl Lamprecht.²

O interesse por este tem surgiu-me em meados de 2003, quando me convenci de que os historiadores alemães oitocentistas tinham sido reduzidos a um lugar-comum. A emergência da história produzida na Alemanha atualmente, que é bastante conhecida pelos leitores brasileiros, a partir, sobretudo, do contato com Gumbrecht (2003), Rösen (2001) e Koselleck (2006), conduziu-me ao pensamento histórico germânico do século XIX. E revelou que ele não passava exclusivamente pela obra de Ranke, que ainda hoje é muito mal-conhecida³, mas também por Niebuhr, Droysen e Gervinus, estes dois últimos expoentes da chamada Escola Histórica Prussiana. Da leitura destes historiadores estampou-se a urgência para que sua obra fosse estudada. Assim surgiram as traduções do

¹ E é curioso que quase todos estes historiadores iniciam sua carreira em alguma universidade periférica e depois migram para um pólo maior e mais importante na área. Deste centro passam a peregrinar e conferenciar em outros centros importantes, em outras universidades dentro e fora de seu país.

² A escola metódica francesa, composta por Monod, Fagniez, Langlois e Seignobos dentre outros, de modo semelhante, aglutinou-se em torno da *Revue Historique* de 1876 – nome idêntico à revista alemã – e da Sorbonne irradiando um tipo de escrita da história que depois seria combatida por uma nova escola, os *Annales*, que inicia suas atividades a partir de 1929 na revista homônima. Bloch e Febvre também se deslocam de Estrasburgo para a Sorbonne e até o final do século XX foram uma influente corrente historiográfica. A micro-história segue padrão similar, nas páginas dos *Quaderni Storici*.

³ Basta lembrar que, a rigor, existem apenas dois ensaios sobre o pensamento deste autor, o primeiro redigido por Sérgio Buarque de Holanda (1981) e o último, publicado em 2010, por sinal uma análise que nada deixa dever ao célebre historiador, de autoria de Sérgio da Mata (2010).

Manual de Droysen (2009) e dos *Fundamentos de teoria da história* (2010) de Gervinus. O despertar epistemológico da História, vivido na Alemanha do século XIX referenda um momento singular em que o pensamento histórico, ou suas idéias-força parecem tomar consciência de si, historicizando-se, situando seus lugares e sua pertença, confrontando sua própria história e projetando-se no futuro. Nascia a ciência histórica. Outro detalhe importante era a convergência particular de ciência e política, visto existir um diálogo intenso entre pensamento histórico e ação política, haja vista a história subsidiar e ser subsidiada pelo debate político em torno da unificação alemã, dos conflitos territoriais e do nacionalismo emergente de tal maneira que nem mesmo Ranke escapou a isso; o que por si desmistifica a interpretação ingênua e os ataques desferidos contra seu *pretense* apartidarismo. Ao contrário de Karl Marx, cujas obras históricas procuravam produzir ação junto ao *povo*, em particular os trabalhadores, aqueles historiadores prussianos escreviam para os *príncipes* e para a burguesia, embora não desprezassem o diálogo junto à opinião pública, mas para isso se serviam da imprensa.

Como se trata de uma pesquisa em desenvolvimento, talvez existam mais perguntas e indícios que respostas categóricas neste artigo. A meta, bastante modesta, será pensar a Escola Histórica Prussiana a partir da *Revista Histórica*, uma das primeiras do gênero em todo o mundo. Ela foi anterior às congêneres: *Revue Historique* (1876) dos metódicos Monod e Fagniez, *English Historical Review* (1886) fundada na Univesidade de Oxford ou os *Annales* (1929) de Marc Bloch e Lucien Febvre. E também relacioná-la com um perfil e uma análise sobre a trajetória dos historiadores que a compunham. Este texto expressa, portanto, tanto a necessidade da desfiguração de lugares-comuns da historiografia alemã durante o século XIX, quanto as dificuldades inerentes àqueles que se enveredam pelo estudo da história da historiografia. E vai enfatizar a convergência entre o desenvolvimento da ciência histórica alemã e o processo de unificação política. Vínculo, por sinal, percebido por um dos historiadores alemães mais conhecidos do período, ganhador do prêmio Nobel de Literatura em 1904, Theodor Mommsen:

Eis o horizonte do futuro: organizar o Estado institucionalizado de forma que o comércio alemão, a manufatura alemã, a arte alemã, a ciência

alemã, a sociedade alemã e a vida alemã continuem equiparadas ou se equiparem ao poder da nação. (THEODOR MOMMSEN, 1871, Apud MARTINS, 2010)

Em muitas alusões à historiografia alemã do século XIX é comum referirem-se a ela como sendo positivista, factual e conservadora (FUNARI & SILVA, 2008). Pesa sobre aqueles historiadores e, em especial, sobre o *pai* desta história alemã o anátema de uma condenação categórica, afinal Ranke parece ser a síntese de tudo aquilo que não se deve fazer em História, algo que poderia ser resumido numa fórmula: “narrar os fatos como aconteceram, ser objetivo e imparcial (Cf. CARDOSO, 1988). Como se fosse fácil resolver estas questões em um autor cuja obra é tão vasta quanto complexa¹. Creio que sob esta censura ataviaram exatamente aquilo que todo historiador deveria evitar: reproduzir acriticamente uma máxima, incorrer em anacronismo e não tomar toda uma historiografia a partir de apenas um representante. Esta é a primeira imagem a ser desfigurada, que elimina esta leitura reducionista, superficial e equivocada.

A complexidade da definição para o que recentemente surge sob a rubrica de história da historiografia exige que algumas advertências sejam levantadas. A primeira remete à própria historicidade do conceito de *historiador*, um léxico antigo que sofreu mutações no pensamento ocidental em meados do século XIX, quando se passou a distinguir historiadores de cronistas ou de memorialistas. A segunda ao problema da relação autor(es) e obra(s), ou ainda, num sentido mais amplo, da construção de identidades em um grupo específico de historiadores. De certo modo, esta questão é a mesma que ocorre nos estudos consagrados à história intelectual, embora em outro registro. Nos estudos franceses consagrados ao tema, destacam-se os trabalhos de Jean-François Sirinelli e de Michel Winock com uma ênfase sociológica sobre as cartografias de intelectuais, suas redes de solidariedade e de oposição, seus modos de integração e em torno da formação de gerações (SILVA In: LOPES, 2006:15s). A referência maior é o pensamento de Pierre Bourdieu, sobretudo em suas noções de campo e de *habitus* (SILVA In: LOPES, 2006:16). A esta influência francesa existe uma outra da New Intellectual History

¹ Concordo com Sérgio da Mata (2010) acerca da existência de um verdadeiro mito historiográfico a respeito de Ranke.

anglo-saxã, que entende o texto como uma relação de forças, um nexos entre perspectivas e níveis diversos que se configuram em determinadas obras e autores (KIRSCHNER in: LOPES, 2006:33). Nesta tendência temos a influência sedutora da hermenêutica filosófica e do desconstrucionismo derridiano e seu maior expoente é, sem dúvida Dominick La Capra (KIRSCHNER in: LOPES, 2006:34-5). Hayden White, a meu ver, apresenta um diagnóstico bastante elucidativo acerca do campo. Ele se divide entre os analistas

que 1) assumem uma posição de acordo com uma ou mais das hermenêuticas clássicas do século XIX (Hegel, Dilthey, Marx, Freud) ou seus herdeiros do século XX; 2) advogam uma teoria filológica neohumboldtiana da linguagem ultimamente reelaborada e refinada por Gadamer e Ricoeur, ou então 3) subscrevem abertamente a teoria pós-saussuriana do signo lingüístico, dos quais são expoentes, ainda que de forma diferenciada Foucault e Derrida (WHITE, 1990:187-8).

Neste registro, pode-se ponderar que, a seu modo, Pocock e Skinner quando subsumem as criações individuais a um contexto maior, não deixam de ter sua utilidade para a história intelectual e para a própria história da historiografia (Cf. JASMIN & FERES JÚNIOR, 2007). Evidentemente, é preciso considerar as críticas de David Harlan ao chamado contextualismo, sobretudo em Skinner, com sua hermenêutica de fundo romântico ancorada na proposta teórica de resgate das intenções originais do autor (HARLAN, 1989:585). Ponto alto das contribuições recentes, sem dúvida devem ser localizados tanto em Koselleck, quanto em Jörn Rüsen, visto ambos terem dedicado estudos ao problema da historiografia e de como deve ser subsumido à análise da consciência histórica (KOSELLECK, 2003, RÜSEN, 2008). Como se vê, o exercício de crítica historiográfica a respeito da história da historiografia não é algo fácil. Embora existam trabalhos clássicos¹ a tarefa apresenta algumas dificuldades, sobretudo acerca da melhor maneira de avaliar o sentido e o efeito produzido pelas obras. Acrescente-se aí os problemas inerentes de crítica, ou análise. Ou, como nas palavras de Barthes:

A crítica funciona ordinariamente (não é uma censura), quer ao microscópio (esclarecendo com paciência cada pormenor filológico, autobiográfico ou psicológico da obra), quer ao telescópio (perscrutando o grande espaço histórico que envolve o autor) (2004:27).

¹ A lista de autores é exaustiva, mas, dentre eles se destacam Croce (1953), Momigliano (1993), Gooch (1959), Collingwood (1972) e Iggers (1983) dentre outros.

Numa tentativa de síntese eu diria que o debate a respeito da história da historiografia está marcado ora pela ênfase na constituição do autor (e da autoria – sua formação, mestres, conceitos-chave), ora pelo problema da publicação das obras (e do que elas querem dizer), ora pelo do seu efeito (sua aplicação em outras obras), ora pelo recurso à contextualização (pontos de inserção e de dispersão em um determinado lugar e período, ou ainda face às disputas existentes). A empreitada se torna ainda mais árdua quando, em meio às diferenças de formação e de orientação epistemológica se procuram identidades que configurem a existência de uma geração ou de um grupo suprimindo, muitas vezes, singularidades, quando não, elidindo a própria autoria, dissolvendo-a em práticas ou em ideários coletivos. O desafio, portanto, é o de discutir a experiência daqueles historiadores e sua trajetória política e historiográfica para compreender seu percurso intelectual no contexto da unificação alemã, sem diluir trajetórias individuais em uma imagem coletiva, a fim de restituir vida àqueles historiadores embalsamados por clichês, trazendo ao primeiro plano da cena os que foram eclipsados pela magnitude de Ranke. Retratará-los não como figuras ingênuas da historiografia alemã oitocentista ou meros intelectuais conservadores e monarquistas, mas como historiadores complexos vivendo em um período dramático da história europeia. Em se tratando da apresentação de alguns resultados preliminares creio que talvez estes pressupostos não estejam plenamente atingidos neste artigo, pois ele apresenta um momento de uma pesquisa em andamento, não tendo a pretensão de ser conclusivo.

O espaço de tempo vivido entre 1806 e 1871 é crucial para se entender a história alemã. Entre a derrota fragorosa em Iena para Napoleão Bonaparte e a vitória sobre a França e anexação dos territórios de Alsácia e Lorena por Otto von Bismarck, que marcaram a fundação do Império Germânico, ocorreram eventos que distinguiram a emergência do nacionalismo alemão e o comportamento dos estados germânicos em meio ao processo de unificação que seria capitaneado pelo Reino da Prússia. A ocupação napoleônica marcou a emergência do nacionalismo e o desejo de integração alemã.

Os excessos da Revolução Francesa e de Napoleão ataçaram os incipientes sentimentos nacionais das pessoas e fizeram-nos irromper

em impiedosas labaredas. A nacionalidade tomou o lugar da humanidade. Ao esforço para se realizar uma cultura humana de caráter universal, seguiu-se o que visava consolidar uma cultura nacional (...). e a própria ciência da história nada hoje com bela desenvoltura na torrente nacional (SCHÄFER, 1884:1).

Vale lembrar, contudo, que em 1815 não havia instituições representativas na Prússia, mas já as havia na Bavária, em Baden e em Wüttemberg. De qualquer modo, para a maioria dos historiadores alemães, a dominação napoleônica evocou o nacionalismo germânico. Breuilly indica que entre 1815 e 1848 teria havido uma dominação cooperativa entre austríacos e prussianos dos estados germânicos (2002:27). Não creio. A exclusão da Áustria do Zollverein deixa isso muito claro.

Em termos bem simples, as elites alemãs – em especial, a velha classe agrofeudal em declínio material, inúmeros magnatas em ascensão na indústria e nos bancos, e os professores universitários – passaram a se ver como guardiães do caráter especial da nação: pensavam ou imaginavam que a Alemanha estava sendo assediada por um conluio de inimigos externos e, mais importante, de inimigos internos (STERN, 2004:13).

Os historiadores não poderiam fugir a estas demandas. Concomitante a estes eventos formava-se a ciência histórica e se constituía uma esfera pública onde começava a se destacar a figura do intelectual ocupando espaço privilegiado no cenário político, na burocracia estatal e se projetando junto àquela sociedade aristocrática. E muitos destes intelectuais foram, depois de Leopold von Ranke, historiadores, tal como Georg Gervinus, Johann Gustav Droysen, Karl Wecker, Friedrich Dahlmann, Georg Waitz, Heinrich von Sybel, Maximilian Duncker, Karl Rotteck, Ludwig Häusser, Theodor Mommsen, Rudolf Haym, Heinrich Treitschke e Hermann Baumgarten, que pareciam ter o estudo do passado e a atuação política no presente como vocações. A atividade deles foi marcada não somente pelo vivo sentimento de agir integrando o pensamento histórico e seus conceitos às palavras de ordem usadas na imprensa e na luta política, mas também por um compromisso com determinadas forças e seus projetos políticos. O objeto contemplado, portanto, parece ilustrar um expressivo ponto de convergência no qual história intelectual, história e historiografia se articulam, numa constelação particular, que projetou historiadores e a própria história, intelectual e cientificamente, influenciando gerações de políticos na Alemanha e também de historiadores em toda Europa e em várias partes do mundo. Só para se ter uma idéia do destaque dos historiadores

nesta esfera pública em formação, basta lembrar que muitos deles foram conselheiros políticos, editores de jornais, deputados gerais ou ministros.

O próprio Ranke não escapou a este processo, pois editou o *Politisch-historische Zeitschrift* entre 1832 e 1836 a pedido da Casa de Brandemburgo, bem como foi conselheiro do rei Frederico IV da Prússia e de Maximiliano I da Baviera (BREISACH, 2007:262). O *Historisch-Politische Zeitschrift* foi criado a pedido do conde de Bernstorff, o ministro dos Estrangeiros, que em 1833 tinha duas metas claras: combater os radicais liberais de esquerda e afirmar a autoridade do governo prussiano face às exigências do liberalismo político (IGGERS, 1983:70). O *von* em seu sobrenome indica o título de nobreza (barão) por ele obtido em 1865. E vale lembrar que suas aulas eram concorridas, freqüentadas não somente por estudantes, mas também por autoridades, militares, políticos, profissionais liberais e até integrantes da burocracia prussiana. Nem ele pode fugir do reflexo que as guerras napoleônicas e depois a Restauração tiveram sobre a formação do nacionalismo (Cf. HOBBSAWM, 1991) que ia ao encontro do interesse crescente pelo estudo das raízes históricas das diferentes nações européias, o que colocava a história como tematizadora do pensamento social. Não por acaso este processo foi acompanhado pela presença triunfante do historicismo como um verdadeiro paradigma adotado em vários saberes em formação (MEINECKE, 1997). Ao mesmo tempo, nesta ânsia pelo vivido, evidentemente que as técnicas e a natureza da própria história também foram revistas¹, explicitando a gênese de uma nova consciência histórica na qual os historiadores redimensionavam suas experiências, seus projetos e a historicidade do momento em que viviam. Assim, tanto o passado quanto os saberes produzidos sobre ele viveram um despertar epistemológico que pode ser detectado em vários *momentos*.

O primeiro destes momentos é a referência quase obrigatória ao pensamento histórico de Chladenius, que em sua *Algemeine Geschichtswissenschaft* de 1752 havia indicado o percurso metodológico mais adequado para se estudar o passado. Sua obra balizou a crítica e a escrita da história germânicas ao destacar o ponto de vista dos sujeitos históricos e dos historiadores-narradores, revelando

¹ É curioso neste sentido ver a hesitação e o uso feito por Ranke do termo *Historie* em lugar de *Geschichte* (RANKE, 2010) em muitas passagens de sua obra.

que o conhecimento histórico é marcado pela crítica, tanto da perspectiva do historiador quanto dos testemunhos. O que não significa exatamente a aceitação de que os estudos históricos estejam contaminados pela sua subjetividade, mas o reconhecimento da existência da própria subjetividade, ferramenta imprescindível para uma correta compreensão, outro conceito fundamental por ele empregado e que seria fundamental na constituição do método histórico posteriormente. A crítica dos testemunhos, a compreensão do passado e a busca pela objetividade conheceram em Chladenius um crítico veemente do ceticismo ou do relativismo na História.

O segundo momento reside na obra de Barthold Niebuhr, sobretudo sua *História romana*, na qual desenvolveu inovadoras técnicas de crítica histórica documental, buscando evitar tanto o anacronismo quanto a reprodução acrítica do que diziam os documentos. Partindo dos avanços recentes tanto da filologia quanto da hermenêutica, Niebuhr indicou para os historiadores duas operações fundamentais da história: a heurística e a sistemática. Sua contribuição é enorme, bem como a repercussão de suas pesquisas; basta ver seu reconhecimento por Ranke e Droysen; ambos revelam sua dívida metodológica a Niebuhr, que realmente constituiu um momento de inflexão nas técnicas de pesquisa histórica na Alemanha. Essa tradição veio, sobretudo, da *escola filológica de Göttingen*, que promoveu o exame crítico e rigoroso dos clássicos antigos e das fontes, preconizada por Wolf e Böckh. Este último foi o orientador de Droysen em seu doutorado. Junto com Wolf foram responsáveis pela disseminação da filologia e também expressavam a valorização pelos Estudos Clássicos no interior do pensamento germânico, ao lado de nomes como Schleiermacher, Schelling, Schiller ou Humboldt.

O terceiro momento surgiu com Wilhelm von Humboldt e, para ser mais preciso, com sua conferência inaugural proferida em 1821 na Universidade de Berlim: *A tarefa dos historiadores*. Ali se encontra a *agenda* científica dos historiadores prussianos, seu programa fundamental, adotado como referência por toda aquela geração. Competiria ao historiador reunir os fatos, procurando seus nexos, identificando suas forças motrizes e reproduzindo-os por meio de uma

exposição narrativa. Nada poderia ser mais claro. Caberia ao historiador seguir procedimentos científicos e não abandonar a atividade criadora em seu ofício. Propagador do historicismo, Humboldt foi, ao lado de Chladenius e de Niebuhr, uma das maiores influências sobre o pensamento de Ranke e de sua geração. Seu nome ficou associado à Universidade de Berlim, capitaneada a um dos centros nevrálgicos do pensamento germânico, cujo programa e organização foram por ele reformulados tornando-se referência para reformas universitárias posteriores. Lecionar em Berlim era meta almejada por muitos professores de então. Aquela universidade, sobretudo graças a Ranke e a Hegel, tinha seus postos cobiçados por todo historiador ou filósofo que desejasse ter projeção em sua área, tornando-se um pólo irradiador de novas doutrinas, e eles tiveram o mérito de serem consagrados em vida não só na Alemanha, mas em toda Europa.

Um quarto momento corresponde ao desenvolvimento dos trabalhos de Ranke e Droysen junto à Universidade de Berlim: definindo a relação entre teoria e prática do novo saber. O modo como Ranke escolhia seus objetos de estudo, a forma como submetia as informações à crítica, bem como suas narrativas profundamente articuladas e expressivas conferiram-lhe uma posição de destaque. Mas ao seu lado havia outro gigante, Droysen, responsável por desenvolver uma verdadeira teoria da história que consolidou o campo epistemologicamente, dotando-o da autonomia necessária face aos demais saberes que o destacou perante sua geração. Ao que tudo indica, embora cioso do método, interessava mais a Ranke a prática, a pesquisa e a escrita da história, ao contrário de Droysen, que embora tenha escrito obras históricas absolutamente rigorosas e fosse excelente pesquisador, teve maior e notável êxito com suas reflexões de ordem teórica. Junto-os aqui, não somente porque foram contemporâneos, ou porque constituem a expressão maior do pensamento histórico germânico naquele período, mas também porque, embora fossem rivais e não tivessem uma boa convivência em Berlim, suas obras se complementam e referendam os fundamentos da operação historiográfica de então.

Um dos debates permanentes em relação à história prosseguia, qual seja, o de se vincular a narrativa histórica aos domínios dos estudos literários. E foi para

resolver esse conflito de fronteiras que Gervinus em seu *Fundamentos de teoria da história*, redigido em 1837, analisou a poética da história, estipulando os elementos constitutivos da narrativa histórica, distinguindo-a das narrativas ficcionais. Para além disso, propôs um modelo sugestivo para se analisar a história da historiografia ocidental bem como para se definir alguns gêneros existentes na escrita da história. Este corresponde a um quinto momento, visto distinguir a narrativa histórica da ficcional de uma vez por todas, e pensar a história como um gênero híbrido, mas específico, conferindo assim, um modelo genético de análise da historiografia. Pela primeira vez havia discutido com profundidade o problema da escrita da história, bem como havia exposto um novo modo de pensar a própria história da história.

O último momento, a meu ver, reside na criação da revista *Historische Zeitschrift* (Estudos Históricos) em 1859 por Heinrich von Sybel, pupilo e discípulo de Ranke na Universidade de Berlim e amigo de Droysen desde as jornadas de maio de 1848 em Frankfurt. Ali se consubstanciou o que procurarei defender como sendo a efetivação de uma nova escola histórica e a constituição de um regime de historicidade particular para a escrita da história na Prússia. Ela coroa todo o processo de formação e maturação de um tipo de história e surge quando as manifestações pró-unificação alemã se ampliaram, sobretudo na Prússia, contando com a participação de muitos daqueles historiadores. Sem dúvida a *Historische Zeitschrift* foi um ponto de encontro, propagador das idéias do grupo, projetando-o na Alemanha e no exterior. Sua influência explícita na Inglaterra, Itália, Espanha e nos Estados Unidos, foi, mais velada na França¹. Ao lado da revista, forçoso é dizer que a editora Duncker & Humblot, tornou-se também uma referência para o grupo, uma das maiores na Alemanha, cujo nascimento se deu auspiciosamente com a criação da revista *Athenaeum*, publicada pelos irmãos Schlegel e que depois se projetou com a publicação das obras completas de Hegel e de Ranke. Nesta editora figuraram grandes obras produzidas pelo grupo.

Ao tratar da Escola História Prussiana, Robert Southard (1995) revela que para nascer ela teve que superar o interdito rankeano: o não-envolvimento direto

¹ Embora seus livros sejam sempre lidos, alguns traduzidos e seus nomes sempre lembrados por Coulanges, por Monod, por Seignobos.

do historiador nos assuntos da política. Acredito, ao contrário, que a influência de Ranke tinha indicado que o intelectual ou historiador não é somente aquele que precisa se envolver diretamente nos acontecimentos políticos de seu tempo, mas cujo pensamento pode ser uma força capaz de produzir ação política no presente. Seja subsidiando ou sendo subsidiado por um determinado projeto político, seja imprimindo seus postulados nos acontecimentos do presente, seja agindo para refutar projetos ou postulados existentes. É preciso ainda lembrar que as universidades alemãs eram instituições estatais e que os graduados começavam a ocupar um lugar especial naquela sociedade. O Código Geral Prussiano havia incluído na sua classificação dos grupos sociais, além das tradicionais nobreza, burguesia e campesinato os servidores do Estado, incluindo nesta rubrica os diplomados¹. Escolas e as universidades, afirmava o Código, “eram instituições do Estado e só podiam ser fundadas com autorização oficial” (RINGER, 1999, 37). Aquelas universidades passavam por um período de grande renovação nos estudos e nas disciplinas. Em Göttingen, o neohumanismo enfatizava o apreço pela cultura clássica, pelas raízes culturais germânicas e pelos estudos filológicos. Em Halle surgia uma nova universidade, voltada para cursos mais técnicos e para as ciências aplicadas, como o Direito, a Administração e a Economia. Tratando daquelas universidades dirá Ringer que na “corte de Weimar e na Universidade de Jena, cidade vizinha, quinze anos brilhantes reuniram algumas das principais figuras do renascimento cultural alemão” (RINGER, 1999, p.35), como Schiller, Fichte, Hegel.

A própria Universidade de Berlim, que se destacava agora como o centro nevrálgico prussiano, superando Praga², Frankfurt, Göttingen e Leipzig, expressava o ideal de uma nova universidade, servindo de modelo para as futuras universidades alemãs, que alterariam seus estatutos tendo-a como referência (Ringer, 1999, 39). Mas estas novidades se adaptavam a uma sociedade aristocrática, onde estes professores eram transformados em conselheiros, *Geheimräte*, e vistos como leais e eminentes servidores do Estado (RINGER, 1999,

¹ Allgemeines Landrecht für die preussischen Staaten, parte II, tít.VII-X, 1794.

² Viena e Praga foram em alguns momentos, a capital do império germânico. A ascensão de Berlim foi recente e está relacionada com a ascensão dos Hohenzollern. “Graças às conquistas internas e externas e também à habilidade diplomática desta dinastia, Berlim se equiparou a Paris e a Londres, entre os séculos XVIII e XIX” (ELIAS, 1997: 22).

51). Penso que esta leitura desmistifica a possibilidade de uma atuação livre e apartidária. Afinal a adesão dos docentes era obtida por meio de um instrumento: o doloroso processo de habilitação dos candidatos a professores efetivos nas universidades alemãs. Os professores tinham seu passado esquadrihado pelos *Habilitationsschrift* antes de serem admitidos, sobretudo depois de 1871. “Este sistema de recrutamento permaneceu essencialmente intacto até 1945” (IGGERS, 1983:25). De qualquer modo, o interesse pelas questões do momento levaram à criação de várias cadeiras de história contemporânea, que atraíram grande público, desviando os historiadores da ciência para a atuação política, cadeiras estas ocupadas por historiadores como Droysen, Sybel ou Gervinus, dentre outros. E o estudo da história política conduzia cada vez mais à rejeição da possibilidade de uma ética racional de direitos e valores universais, comum a todos os homens, pois cada vez mais era vinculada a situações históricas específicas¹. Vale lembrar que a história disputava com a moral, a política e a filosofia o papel de norteadora da ação política. De qualquer modo, diz Mommsen

O intelectual alemão também se pode vangloriar do que a ciência trouxe de benefício do povo (...) o desempenho individual de cada um de nós, em comparação com o todo, é de tal forma ínfimo que aparece como um soldado no campo da batalha em que combateu (...) Muito antes de as armas alemãs ganharem nos campos de batalha, a pesquisa alemã, em seus campos, conquistou o conhecimento e forçou nossos vizinhos a aprender nossa língua. (MOMMSEN, Apud MARTINS, 2010, p.114-5).

E é precisamente esta relação entre história, filosofia e política que distinguiriam as escolas históricas que se formaram na Alemanha oitocentista, afinal elas não se limitaram à Ranke ou a sua obra como querem alguns intérpretes, tampouco constituíam uma identidade absoluta entre todos aqueles historiadores. Os próprios alemães chegam a reconhecer a existência de várias escolas: a escola Rankeana e Humboldtiana, a escola de Niebuhr (que exerceu enorme influência na França e veio a se reforçar com o manual de Ernst Bernheim), a escola filológica de Böckh e de Grimm, a escola romântica de Goethe e Novalis, a escola histórica do Direito de von Savigny e, finalmente, a Escola Histórica prussiana (cf. MARTINS, 2008, p.; cf GOOCH, 1959). Em que se

¹ Exemplos disso seriam as justificativas dadas por Mommsen e Sybel sobre os direitos da Alemanha sobre a Alsácia e Lorena, em textos onde a ação política era justificada pela história.

distinguiam? Que peculiaridades existem, por exemplo, em relação aos herdeiros de Ranke e ao grupo dos historiadores capitaneados por Gervinus e Droysen? Penso que foi, sobretudo, a intrínseca relação que estabeleceram entre pesquisa e postura intelectual, entre pensamento e ação, entre ciência e política. Até porque é notável a herança teórica e metodológica comum bem como a atmosfera de respeito e reverências mútuas entre os seguidores de Ranke e os integrantes da Escola Histórica. Desafetos haviam, rivalidades também, como entre Ranke e Droysen, entre Mommsen e Treitschke, ou entre Sybel e Waitz. Mas, o grupo assentava-se sobre uma herança epistemológica comum; foi marcado pelo historicismo de Humboldt e de Ranke, pela reação ao idealismo hegeliano e pela absorção de procedimentos hermenêuticos e filológicos na composição do método – a crítica documental buscada em Niebuhr. Defendiam a atualidade de Aristóteles – cujo pensamento é visto com respeito –, muitos publicaram traduções, redigiram obras voltadas para a política e a história do tempo presente, engajaram-se em lutas na imprensa periódica, participaram diretamente na vida pública se envolvendo no nacionalismo emergente – publicando textos de caráter político-nacionalista –, propagando o ideal da *Kleindeutsch* durante e após as jornadas de 1848 além de preconizar um fundamento axiológico orientado pela defesa da objetividade. Em sua maioria eram protestantes, defensores da monarquia constitucional, integravam-se às fileiras dos liberais moderados constitucionalistas, não condenaram as guerras de unificação capitaneadas por Bismarck (salvo Gervinus e Mommsen) e, por fim, escreveram obras de história do tempo presente. Em resumo, mantinham atmosfera de respeito às escolas *germânicas* de pensamento existentes – hermenêutica, filológica e filosófica –, que eram vistas como coadjuvas na fundamentação da História, com um esforço teórico semelhante e mediante o recurso a procedimentos metodológicos comuns. Para Fritz Stern,

Encontramos núcleos de excelência nas vidas de alguns de seus indivíduos representativos; eram imbuídos de uma fé na ciência que ainda era inocente, uma fé semelhante a uma religião. Eram protegidos por laços de amizade, tinham o apoio de uma sociedade disciplinada, moviam-se por ambição organizada e contavam com um sistema educacional sem igual. A ciência alemã e a sociedade alemã eram profundamente interligadas (STERN, 2004:12).

Comprova-se assim a existência de um processo de institucionalização da disciplina histórica em curso, marcado por lugares e também por regras que definiam a ciência histórica exercitada. Em relação à escrita da história, maiores estudos são ainda necessários para aquilatar o nível de suas semelhanças e diferenças no que concerne aos aspectos figurativos, estilísticos, retóricos e narrativos das obras.

Fortes indícios subsumem seu surgimento em meio a uma crise da consciência histórica europeia, vivida desde a Restauração e marcando o pensamento e a política oitocentistas. Não é ocioso, portanto, examinar a atuação daqueles historiadores como atores históricos. Em primeiro lugar queriam reformas, ademais, do início do século XIX até meados de 1848 buscavam algo novo. Creio haver uma compreensão entre eles sobre a necessidade da formação de novos homens para uma nova Alemanha, incutida no papel que muitas vezes atribuíam à *Bildung*, embora isso não fosse algo homogêneo. Esses novos homens, singularizados na figura do intelectual, contudo, precisavam conviver com uma velha política. Na crise da experiência histórica vivida, construíram novos projetos políticos – alguns já haviam sido potencializados na literatura –, reavaliaram suas tradições culturais, mas encontraram muitos obstáculos em relação à ação política, revelando uma sensível tensão em curso entre a sociedade, a burocracia administrativa e os governos aristocráticos germânicos. Assim, embora algumas experiências fossem questionadas, havia dificuldade em romper determinadas orientações político-monárquicas e também religiosas. Nem todas as tradições, portanto, estavam permeáveis às mudanças em curso. Isto talvez explique o triunfo da excessiva moderação, bem como, da persistência do conservadorismo.

Do ponto de vista político, de modo semelhante ao Brasil, os liberais moderados desejavam reformas, pois viam com reservas a revolução ou o princípio democrático. Igualmente não defendiam a igualdade absoluta entre os homens. Lutavam, contudo, pela consolidação de uma esfera pública cujo debate jornalístico é bastante expressivo, mas que enfrentava o poder estatal e as retaliações políticas – que se valia de instrumentos como a censura, a demissão ou

a prisão¹. Em uma atmosfera profundamente autoritária, pouco espaço era conferido ao princípio democrático. Assim, liberais radicais, comunistas e socialistas eram quase sempre resumidos à condição de anarquistas ou de perturbadores da ordem vigente. Nesta condição sofriam ameaças de prisão ou eram forçados ao exílio.

Pode-se dizer que o nascimento do historiador na Alemanha coincidiu com a constituição deste saber e destes intelectuais, ao lado da construção do estado Alemão, cujo passo inicial pode ser localizado na criação do *Zollverein* em 1834, e depois através de alianças político-militares que viabilizaram as guerras de unificação sob a liderança da Prússia. Durante este processo, muitos historiadores viram-se integrados no esforço de construção do novo Estado, integrando-se à burocracia ou ao serviço público, realizando missões diplomáticas, exercendo a docência e a pesquisa e atuando como funcionários ou como conselheiros. Ou seja, foram intelectuais de projeção em sua sociedade, ao lado de juristas, economistas, políticos e filósofos, mas que orbitavam em torno do Estado. Como foi exposto anteriormente, nem o *apartidário* Ranke escapou a isso. De maneira mais explícita os historiadores da Escola Histórica não viam problemas em integrar escritos políticos de ocasião com estudos sobre o tempo presente ou história do passado. Eles percebiam uma relação intrínseca entre as motivações do presente com a investigação histórica, entre a compreensão teórica do estudo das sociedades no passado e a motivação para a ação política no presente, subsumidas a uma marcha, ilustrada pela História e pela própria trajetória nacional alemã, escamoteando pretensões universais, pois a defesa das singularidades da história alemã não obliterava a ambição que tinham de escrever uma história mundial, na qual a Alemanha ocupava uma posição de destaque.

Curiosamente, os historiadores germânicos do século XIX pareciam inverter a fórmula de Koselleck: alimentavam muitas expectativas do passado, cuja experiência histórica redescobriam cada vez mais graças à consulta de fontes nunca manuseadas e ao recurso à crítica documental que possibilitava uma nova

¹ Foi o caso de Gervinus, por exemplo, que teve obra censurada e ameaça de prisão, de Dahlmann que também foi preso, da perseguição de Droysen na Dinamarca. Ou ainda Karl Wecker que perdeu sua cadeira na universidade por questionar o Parlamento de Baden.

escrita da história; e recorriam a esta experiência do passado a fim de encontrar uma conexão nos eventos verificados no presente e no futuro. Ou seja, projetavam o passado no futuro. Afinal, a história não era mestra da vida, mas expressava forças históricas permanentes que se configuravam de maneira singular em cada época e em cada povo. Nos eventos políticos verificavam uma soma em curso, cuja tendência e até mesmo cuja essência era universal. Tomavam os estudos do passado como uma referência para pensar a atuação nos acontecimentos políticos vivenciados no presente, vislumbravam a presença de forças históricas, de idéias que se materializavam em diferentes sociedades, que possuíam um sentido que se sentiam capazes de analisar. O que comprova a sedução do pensamento de Hegel, a imprimir um forte teor teleológico na leitura que muitos faziam a despeito de resistências. Forças históricas impeliam o agir humano e este possuía uma essência a se realizar, materializada de maneira incompleta em diferentes experiências históricas do passado e do presente. O século XIX, contudo, trazia novamente a possibilidade de tentar concretizar esse ideal, embora soubessem, por sua própria experiência, que isso poderia ou não ser realizado de imediato. A seu modo colaboraram para repensar o mito *leibziniano* de que viviam no melhor dos mundos possíveis, em uma época dourada para o pensamento e para a cultura germânica. Após 1848 e, sobretudo, com o início das guerras de unificação essa imagem ganhou força ainda maior, embora convivesse com vozes dissonantes. Mais uma vez, revela Mommsen,

Por certo temos também o orgulho de ser alemães, e disso não nos encabulamos. De todas as ostentações, nenhuma é mais vazia e falsa do que a da modéstia alemã. Nada temos de modestos, não o queremos ser e nem que se diga que o somos (...). No entanto, mesmo se nos declaramos nada modestos, não nos tornamos por isso cegos. (MOMMSEN Apud MARTINS, 2010: 113).

As manifestações nacionalistas ganhavam ímpeto e exprimiam o desejo de formação de um Império Germânico, uma monarquia constitucional sob o governo dos Hohenzollern, ou seja, sob a liderança da Prússia e a exclusão da Áustria. Aqueles historiadores viam a história como um processo complexo, não como uma relação de causalidade, mas como constelações de eventos marcados pela ação de forças históricas, tendo um sentido: a realização da liberdade ou ainda da

consumação da grande obra divina. Nisso fundiam convicções políticas e religiosas. Este último aspecto não será destacado aqui. Mas, a liberdade era, para eles, um conceito complexo. Sua idéia de liberdade estava fundada sobre velhas tradições nacionais e entendia a autoridade real e o poder estatal como historicamente associados e não como antítese à livre política. Mas essa percepção tinha matizes nos diferentes Estados – 39 ao todo – que compunham a Confederação Germânica.

Com a Unificação Alemã liderada por Bismarck (1866-1871), novamente potencializou-se o otimismo germânico, afinal, depois da Revolução Francesa e das revoluções de 1820 e 1830, também a Alemanha parecia realizar os desígnios históricos da humanidade. Essa impressão era sensível em muitos daqueles historiadores. E imprimiu neles, por conseguinte, a ênfase e o engajamento nos acontecimentos. Em 1848 era preciso agir, seja para impedir a anarquia e os excessos, seja para dar a direção aos eventos. Mas, derrotadas em uma atmosfera reformista a palavra de ordem para o momento foi, sem dúvida, moderação. Muitos historiadores engajaram-se na crítica da realidade político-social alemã, tomando, declaradamente, partido, em franca oposição ao mestre Ranke. Só não pareciam se lembrar de que, em 1792, a Prússia havia lutado contra os revolucionários franceses, tentando parar a revolução. Sobre aquela sociedade diz Norbert Elias:

O Estado Hohenzollern tinha todas as características de um Estado militar que se erguera através de guerras vitoriosas. Seus dirigentes reconheciam a necessidade de crescente industrialização e, *lato sensu*, de crescente modernização. Mas os industriais burgueses e os donos do capital não formavam o estrato superior que governava o país. A posição da nobreza militar e burocrática, como o estrato mais elevado e poderoso da sociedade foi não só preservada, mas também fortalecida pela vitória de 1871. Uma boa parte da classe média, mas não toda ela, adaptou-se com relativa rapidez a estas condições. Seus membros encaixaram-se na ordem social do Kaiserreich como representantes de uma classe de segunda categoria, como subordinados (ELIAS, 1997:26).

A seguir, vejamos um perfil geral daqueles historiadores integrantes da Escola Histórica Prussiana e que tiveram ou exerceram alguma função política destacada no período entre 1848-1871 apresentado no Quadro 1 e que colaboraram na *Historische Zeitschrift*. Alguns deles integraram o Partido do Cassino, nome do hotel e restaurante onde se encontravam, onde defendiam a *Kleindeutsch*, a unificação, o Estado de direito, baseado na constituição; no qual pediam órgãos representativos eleitos pelos distritos dos estados tradicionais e

advogavam a igualdade perante a lei e o fim das restrições, como por exemplo aos judeus. Alguns deles integraram, nos anos 1860, o Partido Nacional Liberal (IGGERS, 1983:93). De um modo geral rejeitavam a filosofia da história de Hegel, a teoria da lei natural, a primazia do indivíduo – em seu lugar colocaram as forças históricas – que produziam o Estado e os indivíduos. Acreditavam no progresso. E entendiam que o poder não é somente força, mas também um princípio ético.

Entre os 830 deputados da Assembléia de Frankfurt em 1848-9, havia apenas um trabalhador e um camponês, 49 professores universitários, 57 professores escolares, 157 magistrados, 66 advogados, 20 prefeitos, 118 funcionários públicos, 18 médicos, 43 escritores, 16 pastores e 16 padres. No total, pelo menos 550 tinham diplomas de curso superior, perto de 20% eram professores universitários, 35% funcionários públicos, 17% advogados (HUBER, 1960: v.2, 611). No total, 11 eram historiadores. A essência dos trabalhos revelou-se como “a unidade pela persuasão” (TAYLOR, 1945:76). Soldados do rei protegiam os trabalhos. O nacionalismo tcheco da Bohemia conturbou a paz da assembléia. E também a guerra em Schleswig-Holstein. Em 1850 a Áustria derrotou tropas bávaras e prussianas em Hesse (Olmütz), em retaliação foi novamente recusada no Zollverein; posteriormente, a guerra com a França, em 1859, e a unificação italiana colocaram em xeque a hegemonia austríaca. Tem início a expansão da supremacia prussiana, cuja hegemonia pode ser ilustrada pela famosa frase proferida em 8 de outubro de 1862, pelo primeiro ministro prussiano, Bismarck: “os problemas atuais não serão resolvidos por maioria de votos – este foi o erro dos homens de 1848 e 1849 – mas por sangue e ferro” (Apud TAYLOR, 1945:101).

O desejo de participação e de maiores liberdades políticas manifestou-se no Parlamento de Frankfurt, mas as divisões internas entre os parlamentares facilitou a recomposição das forças aristocráticas, culminando na sua dissolução em junho de 1849 e na recusa da coroa do Império por Frederico IV. Na Assembléia “valores liberais predominaram, por exemplo, a separação entre igreja e Estado, a independência do judiciário, a instituição do *habeas corpus*, a abolição da pena de morte (BREUILLY, 2002:45). O grande dilema era entre autoridade nacional – de

base popular? – e autoridade estatal, afinal os príncipes germânicos indicavam os ministros em seus Estados. Não obstante, as tendências revolucionárias foram esmagadas, os ímpetos liberais refreados e a disputa pela hegemonia face aos estados germânicos foi resolvida em 1866 na Guerra das Sete Semanas entre Prússia e Áustria. Ali se formou a Confederação Alemã do Norte, por Otto von Bismarck, o *Reichstag* foi inaugurado em fevereiro de 1867 e a Guerra Franco-Prussiana de 1870-1 selou a criação do Império, a integração dos Estados do sul e, conseqüentemente, a unificação.

No Quadro 1 estão relacionados alguns historiadores alemães do período que, além de obras históricas, produziram textos políticos ou exerceram alguma atividade política importante no período estudado. Ele apresenta alguns resultados parciais da pesquisa que desenvolvo. Nele relaciono datas de nascimento e morte, cidade natal, curso estudado, universidades freqüentadas, amigos ou mestres de relação mais estreita, universidades onde atuaram, cargos legislativos, outros cargos, publicações de caráter político e obras históricas. Encontram-se relacionados apenas 31 historiadores; só para se ter uma idéia na *Historische Zeitschrift* são 273 ao todo que colaboraram enviando 783 artigos entre 1859 e 1900; mas eles permitem fazer uma radiografia elucidativa dos historiadores e da historiografia alemã oitocentista. Ao todo, 11 tinham títulos de nobreza.

Em primeiro lugar, nem todos eram prussianos, muitos nasceram em outros Estados germânicos. Do mesmo modo embora os protestantes fossem a maioria, é possível localizar judeus e católicos atuando dentro do grupo. Uma outra característica é a presença de pelo menos três gerações de historiadores: a primeira composta por membros como Ranke, Waitz, Gervinus e Droysen; uma segunda composta por Sybel, Mommsen, Duncker e Häusser; e, a última, composta pela geração de Treitschke, Oncken, Waschmut e outros. Esta última geração representa o arrefecimento da hegemonia historiográfica exercida pelas duas primeiras gerações, com um afastamento bem maior do paradigma rankeano. Aspecto decisivo da formação revela que alguns universidades eram preferidas e que era comum estudos desenvolvidos em mais de uma instituição. É como se buscassem em cada universidade os melhores cursos desejados, ou ainda como se

deixassem os estudos iniciais em sua cidade natal e seguissem para outros centros mais especializados. História é o curso mais freqüentado pelo grupo relacionado, seguido por filologia, filosofia e direito. Berlim e Heidelberg são as universidades mais apreciadas, seguidas por Freiburg, Göttingen, Leipzig e Bonn.

Os vínculos de amizade e afinidades pessoais dentro do grupo é bastante heterogêneo, embora Ranke, Sybel, Gervinus, Droysen Häusser e Dahlmann fossem figuras de destaque junto aos demais, surgindo em várias biografias na condição de mestres, supervisores de estudos e projetos merecedores de crédito e gratidão. Além de algumas biografias foram consultadas enciclopédias de autores alemães para localizar os dados apresentados no quadro. Aqueles historiadores lecionaram em diferentes universidades, embora seja possível verificar que os que se destacaram no campo costumavam ocupar cadeiras em Berlim, Heidelberg, Bonn ou Göttingen. Entre os relacionados, 11 foram deputados no Parlamento em Frankfurt de 1849, 13 foram deputados em seus Estados e 10 foram deputados no Parlamento Nacional após 1871, o que indica uma intensa atividade política por parte dos historiadores. Não por acaso, muitos foram conselheiros de reis e príncipes germânicos, seis foram reitores de universidades e sócios ou integrantes de academias e sociedades científicas.

Em relação à imprensa, 15 foram editores de jornais, a metade do conjunto recortado, bem como escreviam em jornais, ao lado de outros dois que apenas escreviam na imprensa periódica sem chegar à direção. Já a produção historiográfica do conjunto não está definidamente indicada, faltando relacionar algumas obras, embora possa ser dito que sua principal marca são histórias nacionais, estudos sobre a história do tempo presente e biografias. Idade Média e Era Moderna eram dois períodos bastante apreciados ao lado de história recente. Mas aqui ainda são necessários maiores levantamentos para afirmações mais conclusivas.

Quadro 1. Alguns Historiadores Alemães Do Século XIX Envolvidos Em Assuntos De Natureza Política.

NOME	VIDA	CIDADE NATAL	FORMAÇÃO	UNIVERSIDADE	MESTRES/ AMIGOS	LEGIIONOU	CARGOS LEGISLATIVOS	OUTROS CARGOS	OBRAS POLÍTICAS OU JORNAIS	OBRAS HISTÓRICAS
Karl von ROTTECK	1775-1840	Freiburg	Direito	Freiburg	Johann Jacobi	Freiburg	Parlamento de Baden	Presidente da Câmara e Conselheiro em Freiburg, pró-reitor da Universidade de Freiburg	Editor do jornal <i>O Liberal</i>	História Geral, <i>Staatslexikon</i>
Karl Theodor Georg P. WELCKER	1790-1869	Oberofleiden Holberg Ohm	Direito e Ciência Política	Giessen e Heidelberg	Dahlmann, Droysen e Gervinus	Giessen, Kiel, Bonn e Freiburg	Parlamento de Baden, Parlamento de Frankfurt		Editor do jornal <i>O liberal independente</i> ,	<i>Staatslexikon</i>
Rudolf HAYM	1821-1901	Grünberg	Teologia e filologia	Halle e Berlim	Duncker	Halle	Parlamento de Frankfurt		Discursos e palestras do primeiro prussiano Unidos Diet, A Assembleia Nacional Alemã, editor do <i>Preußische Jahrbücher</i> , <i>Hallesche Allgemeine Literatur Zeitung</i> , <i>National Zeitung</i>	Hegel e seu tempo, A escola romântica, Herder e sua vida.
Georg WAITZ	1813-1886	Flensburg	Filosofia e direito	Kiel e Berlim	Ranke e Schelling	Kiel e Göttingen	Assembleia de Schleswig-Holstein, Parlamento de Frankfurt	Monumenta Germaniae Histórica	Rotteck-Welcker- <i>Staatslexikon</i> , <i>Grundzüge der Politik</i> ,	História constitucional alemã, <i>Forschungen zur deutschen Geschichte</i> , <i>História de Schleswig-Holstein</i> .
Friedrich von HERMANN	1795-1868	Dinkelsbühl	Direito-economia	Erlangen	Ranke	Munique	Parlamento de Frankfurt	Conselheiro dos reis Maximiliano I e II da Baviera, Conselho de Estado da Baviera, Academia Bávara de Ciências		Estudos dos ativos estatais econômicos, comerciais, renda e consumo.
Reinhold PAULI	1823-1882	Berlim	Filologia e história	Bonn e Berlim	Dahlmann e Ranke	Bonn, Marburg, Göttingen		Secretaria da embaixada em Londres	Württemberg e o desastre federal	História dos documentos hanseáticos, Ensaio sobre a história da Inglaterra
Georg VOIGT	1827-1891	Königsberg	História	Königsberg	Drumman e Von Sybel	Rostock, Leipzig		Membro da Associação Comercial de Leipzig, Academia de Ciências da Baviera, Sociedade de Leipzig, Academia de ciências de Viena	Jornal Cultural	O Renascimento na Antiguidade Clássica
Wilhelm ONCKEN	1838-1905	Heidelberg	Filologia, história e filosofia	Heidelberg, Göttingen e Berlim	Hausser	Heidelberg	Parlamento de Hesse e Nacional	Reitor da universidade de Giessen		História Geral 44v., a Era da Revolução – do império à guerra de libertação, A Era do Imperador Wilhelm I, Frederico o Grande.
Friedrich DAHLMANN	1785-1860	Wismar	Filosofia	Copenhague e Halle	Wolff, Von Kleist, Gervinus, Welcker	Kiel, Göttingen, Jena, Bonn	Parlamento de Frankfurt 1848, Parlamento de Erfurt	Secretário da cavalaria em Schleswig Holstein, Líder da revolta dos Sete	<i>Política, reduzida ao grau e medida das condições existentes</i> .	Fontes para o estudo da história alemã, História da Dinamarca, História da revolução inglesa, História da Revolução Francesa
Maximilian DUNCKER	1811-1886	Berlim	História,	Berlim e Bonn	Droysen,	Halle,	Parlamento de	Diretor dos Arquivos	<i>Preussische</i>	História do Parlamento de

			filosofia e filologia		Hayme von Sybel	Tubingen,	Hesse, Parlamento de Frankfurt, Membro do Parlamento Nacional em 1867	Prussianos, Ministro dos Estrangeiros em 1860, conselheiro de Frederico III, 6 meses preso por participar de fraternidade, Academia Prussiana de Ciências, Academia de Gottingen	<i>Staatsschriften, Hallesche Allgemeine Literatur Zeitung.</i>	Frankfurt, A crise da reforma.
Ludwig HAUSSER	1818-1867	Kleeburg	Historia	Heidelberg	Schlosser, Gervinus	Heidelberg	Parlamento de Baden		<i>Allgemeine Zeitung Deutschen Zeitung, Preußische Jahrbücher</i>	Historia da Alemanha da morte de Frederico à Fundação da Confederação.
Theodor MOMMSEN	1817-1903	Garding	Direito	Kiel e Leipzig	Moritz Haupt e Otto Jahn, Max Weber	Zurique, Breslau, Leipzig e Berlim	Deputado Nacional em 1881	Amigo do rei da Dinamarca, Academia de Berlim, Sociedade Real de Ciências da Saxônia, reitor da universidade de Berlim	Jornal de Rendsburg (1848), escritos sobre a revolta da Saxônia em 1848 levam-no a demissão, escritos de combate ao anti-semitismo	História Romana, Direito Romano, As províncias romanas.
Georg GERVINUS	1805-1871	Darmstadt	Filologia	Heidelberg	Schlosser, Dahlmann	Heidelberg e Gottingen	Parlamento de Frankfurt	Academia de Ciências da Bavária	<i>Deutsche Zeitung</i> , projeto da Constituição em 1847	Fundamentos de Teoria da História, História da Literatura e da Poesia Nacional, História do século XIX.
Johann G. DROYSEN	1808-1884	Teptow	Filologia	Berlim	Böckh, Gervinus, Duncker	Kiel, Iena e Berlim	Parlamento de Frankfurt	Academia Berlinese de Ciências, Historiografo da Casa de Brandemburgo	<i>Preußische Jahrbücher</i> , <i>Politische Schriften. Guerras de Libertação</i> , A posição política da Prússia	História do Helenismo, História das Guerras de Liberdade, História da Política Prussiana, Conde Yorck von Wartenburg
Leopold von RANKE	1795-1886	Wiehe (Unstrut)	Teologia e filologia	Leipzig	Schleiermacher, Humboldt, Sybel, Savigny, Niebuhr	Berlin		Historiografo da Casa de Brandemburgo, barão von Ranke, Membro do Conselho Real, American Historical Association, Memórias da Casa de Brandemburgo,	<i>Historisch-Politische Zeitschrift, Sobre as afinidades e diferenças entre história e política</i>	História os povos latinos e germânicos, História dos Papas, História da Reforma, História francesa, História Inglesa, <i>Hardenberg und die Geschichte des preussischen Staates von 1793 bis 1813, Sérvia e Turquia no século XIX.</i>
Karl MAURENBRECHER	1838-1892	Bonn	História	Bonn e Berlim e Munique	Sybel, Ranke, Siegfried Hirsch	Konigsberg, Bonn e Leipzig		Guilherme II assistiu suas aulas, Real Sociedade de Ciências da Saxonia		História da Reforma, História do Império: História da fundação do Império Alemão
Heinrich von TREITSCHKE	1834-1896	Dresden	História e Economia	Bonn, Leipzig, Tübingen, Freiburg.	Bismarck	Kiel, Freiburg e Heidelberg	Deputado Nacional		Editor do <i>Preußische Jahrbücher</i> (depois foi expulso), A solução da questão de Schleswig-Holstein, O futuro dos estados do norte alemão, A guerra ea reforma federal, Dez anos de luta alemã 1865-1874.	Ensaio histórico-político alemães, A história alemã do século XIX, Lutero e da nação alemã,

									Escritos sobre assuntos atuais, Alguns comentários sobre a questão judaica, O projeto da lei da escola prussiana.	
August von KLUCKHOHN	1832-1893	Bavenhausen	História	Heidelberg e Göttingen	Hausser, Waitz e Sybel	Professor em Göttingen		Arquivos do Reichstag e correspondência de Wittelsbach, cartas de Frederico o Piedoso		Biografias de Gilherme II, duque da Baviera, de Ludwig, de Prederico o Piedoso, de Louise, rainha prussiana
Alfred BORETIUS	1836-1900	Meseritz	Direito	Berlim e Halle	Mommsen	Zurique e Berlim		Germaniae Monumenta Historica	National Zeitung	Frederico o Grande e Carlos Magno
Carl Wolfgang Paul Mendelssohn BARTHOLDY	1838-1897	Leipzig	Direito	Heidelberg e Freiburg		Heidelberg e Freiburg			Democrata e opositor da Prússia	História da Grécia
Heinrich von SYBEL	1817-1895	Düsseldorf	Historia e filosofia	Berlim Bonn	Ranke, Voigt, Maurenbrecher	Bonn, Marburg, Munique	Deputado em Frankfurt e deputado na Assembléia de Kassel, Parlamento de Erfurt e Parlamento Nacional	Fundador com Ranke da Comissão Histórica da Academia de Ciências da Bavária, Diretor dos Arquivos Prussianos, membro do Instituto Histórico de Roma,	A nação alemã e o Império. Um tratado histórico-político, Kölnische Zeitung, Autonomien, Sobre a relação da nossa Universidade com a vida pública, Os partidos políticos do Reno	História da Primeira Cruzada, História da fundação do Império Alemão, Acta Borussia.
Wilhelm JUNKMANN	1811-1886	Munique	Filologia e história	Munique e Bonn	Ernst Arndt, Friedrich Dahlmann		Deputado Nacional, Parlamento de Erfurt	Liga católica, Partido do Cassino, Pariser Hof,	Katholischen Magazins für Wissenschaft und Leben,	Obs: não publicou na HZ Allgemeinen Kirchenlexikon, Allgemeinen Realenzyklopädie für das katholische Deutschland, Regesta Historiae Westfaliae, Westfalia Sacra.
Jacob VENEDEY	1805-1871	Köln	Direito	Heidelberg, Bonn	Heinrich Heine, Georg Fein	Bonn e Zurique	Foi pro Pré-Parlamento, foi do parlamento de Rumpf e se elegeu para o parlamento de Frankfurt	Festival de Hambach, atividade política intensa, exilado	Deutschen Volksverein, vários jornais, Rotteck-Welcker Staatslexikon	Reise und Rasttage in der Normandie, Die Deutschen und Franzosen nach dem Geiste ihrer Sprachen und Sprüchwörter.
Kurt WACHSMUTH	1837-1905	Naumburg	Filologia e historia	Iena e Bonn, Berlim	Ludwig Lange, Karl Lamprecht	Marburg, Göttingen, Heidelberg, Leipzig		Pesquisa na Itália, reitor da universidade de Leipzig		Das alte Griechenland im neuen, Die Stadt Athen im Altertum, Studien zu den griechischen Florilegien, Ausgaben von "Lydus de ostentis" und den griechischen Kalendern
Paul HINSCHIUS	1835-1898	Berlim		Heidelberg		Halle, Kiel	Parlamento Nacional	Parece que era do Partido Católico e do Partido Liberal	Zeitschrift für Gesetzgebung und Rechtspflege in Preußen	Die preussischen Kirchengesetze (4v), Die Orden und Kongregationen der katholischen Kirche in Preußen, Das landesherrliche Patronatrecht
Ludwig Karl James AEGIDI	1825-1901	Tilsit	Direito	Berlim, Göttingen	Gervinus,	Erlangen, Hamburg,	Parlamento da Liga Germânica do Norte,	Partido do Cassino, Deutschen	Deutschen Zeitung	Staatsarchiv

						Berlim	Parlamento Prussiano	nationalverein		
Friedrich von WEECH	1837-1905	Munique	História	Munique e Heidelberg	e Erhart Schürstab	Freiburg		Bibliotecário dos Arquivos Gerais e diretor em 1885		<i>Codex diplomaticus Salemitanus, Baden unter den Großherzögen Karl Friedrich, Karl, Ludwig 1738-1830, Geschichte der badischen Verfassung, Baden in den Jahren 1852 bis 1877, Die Deutschen seit der Reformation.</i>
Hermann Eduard von HOLST	1841-1904	Fellin, Estland	História	Dorpat e Heidelberg, Londres, Itália e Argélia	Karl J. Marquardt,	Strassburgo, Freiburg, Chicago		Academia Prussiana de Ciências	Kolnischen Zeitung, Deutsch-amerikanischen Konversations-Lexikons	Ludovico XIV, vários outros
Paul von BOJANOWSKI	1834-1915	Schwedt	Direito	Halle, Heidelberg e Berlim	Reinhold Kohler			Academia de Erfurt, Jornalista em Paris, bibliotecário e historiador	Weimarische Zeitung	Tomada da Bastilha.
Alfred STERN	1846-1936	Göttingen	História	Heidelberg, Göttingen e Berlim	Albert Einstein	Berna, Zurique		Controvérsia Baumgarten-Treitschke contra os judeus		História da Europa desde 1815 até a Liga de Frankfurt em 1871.
Johann Friedrich Ritter von SCHULTE	1827-1914	Winterberg	Fredeburg	Bonn	Döllinger, Wasserschleben	Bonn e Praga	Deputado pelo partido Nacional Liberal	Conselheiro do kaiser Francisco José, reitor da universidade de Bonn		<i>Die Geschichte der Quellen und Literatur des Canonischen Rechts von Gratian bis auf die Gegenwart,</i>
Arnold SCHAEFER	1819-1883	Seehausen	Filologia clássica	Leipzig	Hermann, Wachsmuth, Asbach	Greiswald, Bonn, Königsberg		Reitor da universidade de Bonn 1871-2, Instituto Arqueológico Alemão em Roma		Demóstenes e seu tempo, História da guerra dos Sete Anos,
Martin PHILIPPSON	1846-1916	Magdeburg	História	Bonn		Bonn, Brüssel,		<i>Deutsch-Israelitische Gemeindebund, Jüdischen Friedhof Berlin-Weißensee, Verband deutscher Juden.</i>		<i>Der Grosse Kurfürst Friedrich Wilhelm von Brandenburg. 3, Neueste Geschichte des jüdischen Volkes</i>
Julius Albert Georg von HARTTUNG	1848-1919	Wernikow	História e filologia	Bonn, Berlim e Göttingen	Paul Kehr, Burckhardt	Tübingen, Basel		Soldado na guerra Franco-prussiana, Sociedade Histórica de Verona, Londres, Paris, Roma, Turim e Palermo, Geheimen Staatsarchiv in Berlin	Hamburger Zeitung	Documentos do Papado 1046-1198
Friedrich Wilhelm Karl von HEGEL	1813-1901	Nürnberg	História	Berlim e Heidelberg	Filho de Hegel	Rostock e Erlangen	Parlamento de Erfurt		Editor do Mecklenburgischen Zeitung	Crônicas dos Estados Germânicos
Richard ROPELL	1808-1893	Danzig		Halle e Berlim	Heinrich Leo, Ranke	Breslau	Parlamento de Erfurt	Academia de Ciências da Baviera		Anais Poloneses
Adolf BEER	1831-1902	Prossnitz	História	Berlim, Heidelberg,	Sybel	Grosswardein	Deputado Nacional		Arquivos para a História	<i>Geschichte des Welthandels, Die</i>

				Praga e Viena		(Romênia)			austríaca, Historischer Zeitschrift	<i>orientalische Politik Österreichs seit 1774, Der Staatshaushalt Österreich-Ungarns seit 1868, Die Finanzen Österreichs im 19. Jahrhundert, Leopold II., Franz II. und Katharina von Rußland. Ihre Korrespondenz</i>
Ernst BERNHEIM	1850-1942	Hamburg	História	Berlim, Heidelberg e Göttingen e Estrasburgo	Georg Waitz, Julius Weizsäcker	Greifswald		Reitor da universidade de Greifswald	Judeu que se converteu ao protestantismo em 1886	Manual do Método Histórico e da filosofia da história.
Hans DELBRÜCK	1848-1929	Bergen auf Rügen	História	Heidelberg e Bonn	Sybel	Berlim	Deputado no Parlamento alemão	Lutou na guerra Franco-prussiana, membro da delegação alemã na Conferência de Paz de Versalhes em 1918	Preussischen Jahrbücher	História da arte da guerra 4v.
<p>Fonte: Deutsche National Bibliothek. Disponível em: http://www.d-nb.de/; Elektronische Allgemeine Deutsche Biographie. Disponível em: http://mdz10.bib-bvb.de/~ndb/adb_index.html, Deutsche Biographie. Disponível em: http://www.deutsche-biographie.de/blaettern.html. Biographie Portal. Disponível em: http://www.biographie-portal.eu/search. Österreichisches Biographisches Lexikon 1815-1950. Disponível em: http://www.biographien.ac.at/oefl?frames=yes.</p>										

A participação dos historiadores nos assuntos políticos deixava claro que eles disputavam com os filósofos e os políticos o papel de tematizarem a liberdade, e de refletirem sobre a política ou a governança. Esse envolvimento político expressa um período decisivo da história alemã, vivido entre a derrota para Napoleão e a vitória na Guerra Franco-Prussiana. Segundo Norbert Elias, a “vitória dos exércitos alemães sobre a França foi, ao mesmo tempo, uma vitória da nobreza alemã sobre a classe média alemã” (1997: 26). Com isso, eles trocavam “decisivamente, o idealismo burguês clássico pelo manifesto realismo do poder” (ELIAS, 1997:27). De qualquer modo, a história foi uma matriz disciplinar – bem como o pensamento historicista – e um instrumento capital para a política no período em tela. Com efeito, a “história da Alemanha e do liberalismo alemão não poderia ser escrita sem dedicar considerável espaço ao papel central desempenhado pelos historiadores” (IGGERS, 1983:91). Assim, os historiadores foram importantes atores do momento, algo que também ocorreu em relação à França, onde Thiers, Guizot e Michelet, por exemplo, não se furtaram de combater na arena política e exercer cargos públicos.

Sobre as trajetórias individuais algumas análises podem ser feitas. Ranke, por exemplo, era um conservador convicto, mas acompanhou a política de Bismarck com pouco entusiasmo. Embora visse o chanceler com bons olhos, afinal ele havia mantido a Prússia longe dos temores da revolução, não o defendia abertamente. O *von* em seu sobrenome, inclusive, foi um título nobiliárquico de barão obtido em 1865. Ranke conclamava os historiadores a contemplar o jogo das forças históricas, não de maneira desapaixonada apregoam como seus críticos, mas deixando as responsabilidades do governo para os homens de Estado, ou seja, políticos (BENTIVOGLIO, 2010).

Theodor Mommsen editou um jornal político em Schleswig-Holstein, Gervinus dirigiu a *Gazeta Alemã*. Em 1857 surgiu o periódico *Preussische Jahrbücher* (Anais Prussianos), criado quando Guilherme assumiu o governo devido aos problemas mentais de Frederico IV, para apoiar a causa da unificação alemã e do governo constitucional sob a liderança da Prússia. A sua frente

estiveram Sybel, Treitschke, Baumgarten e Dilthey (IGGERS, 1983:91) – todos historiadores.

Da queda de Napoleão e da Restauração em 1815 até 1857 existiu a Confederação Germânica formada por 39 Estados independentes e cujas decisões eram compartilhadas por Prússia e Áustria, sob a hegemonia desta última. O clima reacionário fez com ambas resistissem a formas mais amplas de representação política, gerando movimentos em 1820 e 1830; sem contar as ingerências nas constantes intromissões políticas da Santa Aliança. Áustria e Prússia se uniram na repressão, os decretos de Karlsbad revelam isso, sobretudo para conter conspirações estudantis, motivadas pelas sociedades de estudantes, as *Burschenschafts*. Foram elas que organizaram os famosos festivais de Wartburg em 1817 e de Hambach em 1832, emblemáticos para se compreender o nacionalismo germânico. Ambos foram gestados pelas *Burschenschaften*. O festival de Wartburg celebrou o tricentenário de Lutero e o 4º aniversário da Batalha de Leipzig (HAHN, 2001:27). Já o festival de Hambach tinha como mote a censura da imprensa e a defesa do princípio democrático (HAHN, 2001:29). Mais de 30 mil pessoas ligadas a estes eventos foram perseguidas pela polícia secreta de Metternich. A radicalização dos movimentos estudantis teve seu ponto alto no surgimento d'A *Gazeta Renana* de Karl Marx, que começou a circular em 1842, e, em escala menor com a *Gazeta Alemã* de Gervinus, surgida em 1845.

Embora depois da derrota em Iena as aspirações liberais tivessem sofrido duro golpe, paradoxalmente o controle francês sob territórios germânicos animou certos atores políticos em relação ao ideário liberal e teve importância decisiva na emergência do nacionalismo. A atmosfera reacionária pós-Restauração também contribuiu para a expansão das reivindicações de liberdade e de direitos democráticos, além de motivar outros movimentos mais radicais, ilustrados pela esquerda hegeliana e também pela liga dos comunistas. Os historiadores alemães tendiam

a acreditar que a monarquia Hohenzollern, com seus aspectos autoritários e aristocráticos e seu ethos burocrático único, garantiria melhor caminho para a defesa das liberdades individuais e segurança jurídica que uma democracia em que política pode ser mais reativa aos anseios da opinião pública que às considerações e razões de Estado (IGGERS, 1983:15).

Nas fórmulas políticas de então nutriam admiração pelo federalismo norte-americano, ainda que não vissem com bons olhos o princípio democrático que lhe inspirava; pelo liberalismo inglês – sobretudo de Mill e de Bentham – cuja monarquia constitucional bicameral era admirada, ao lado do pensamento político francês oriundo de Montesquieu e de Benjamin Constant. Mas esses ideários eram assimilados criticamente e adaptados às práticas políticas vivenciadas em solo germânico. Desse modo tradicionalismo, autoritarismo e protecionismo eram forças que no universo das práticas políticas moldavam compreensões de liberdade e de representação política. Historiadores liberais, como Dahlmann ou Droysen, não defendiam uma monarquia parlamentarista, como a inglesa ou a brasileira, mas uma monarquia constitucional em que rei e administradores da burocracia deveriam respeitar as liberdades civis e serem coadjuvados por instituições representativas eleitas para a Câmara Baixa – o Parlamento –, visto justificarem a existência de uma Câmara Alta, formada pela aristocracia tradicional.

Até o *Vormärz* (Pré-Março) em 1848, um otimismo reinava entre os círculos políticos e intelectuais. Vislumbrava-se a possibilidade do surgimento de um Estado alemão unificado, com instituições representativas e governo constitucional. A despeito da repressão reinante, da censura e das restrições políticas a *intelligentsia* germânica acreditava no triunfo do liberalismo. Afinal viviam um momento de rápido desenvolvimento econômico, cultural e científico que alimentava sentimentos patrióticos de integração, sedimentados no pressuposto de uma identidade histórica e cultural comum acompanhada pelas alianças econômica – o *Zollverein* – e política – a *Deutschesbund*. O dualismo foi rompido apenas em 1849, quando, o impacto da revolução definiu melhor os projetos políticos existentes e ampliou a rejeição à monarquia austríaca, prenunciando a ascensão da Prússia. Se os episódios de 1848 em Frankfurt, Berlim, Bohemia e Schleswig-Holstein haviam demonstrado àqueles políticos a necessidade do uso de tropas, austríacas ou alemãs, para garantirem as reformas e evitarem ações políticas de uma esquerda radical (IGGERS, 1983:22), nos conflitos do norte ficou patente que a Áustria não desejava a expansão do poder prussiano.

A ação do exército prussiano contra a reivindicação da Dinamarca por Holstein indicou para a Prússia que somente a força militar não seria suficiente para conquistar a liderança frente aos territórios germânicos¹. Seria preciso adotar o caminho constitucional a fim de manter sua liderança sobre a Confederação Germânica e fazer alianças com os Estados germânicos mais fortes – excluindo-se a Áustria – projeto que ganhou até mesmo a adesão homens como Welcker e Gervinus. Agora não se tratava somente de evitar conflitos sociais internos, como a atuação de Metternich havia priorizado ao lado da expansão e domínio sobre seus territórios no leste, mas, sobretudo, conseguir alianças políticas externas. De início, havia o desejo de integração de todos os estados germânicos, com o passar do tempo viu-se que a Áustria não poderia integrar a confederação.

Assim, até 1848 os intelectuais alemães desejavam a liberalização e a unificação nacionais, face ao temor diante dos conflitos que colocavam em risco a ordem, em crescente radicalização política, que fizeram com que, salvo poucas exceções, apoiassem o governo prussiano de Frederico IV; depois, durante a crise constitucional de 1862 e 1866 não apoiassem a política de Bismarck, mas, enfim, que se comprometessem com ela a partir de 1867. Quando Bismarck reformou o exército violando a constituição em 1862, o *Preussische Jahrbücher* protestou, mas depois das vitórias de 1866 todos reataram com Bismarck, com exceção de Gervinus.

Para Taylor, até 1848 os escritores alemães escreviam para si e para os príncipes, estavam longe da realidade. Não tinham público (TAYLOR, 1945: 54). E seria inimaginável pensar o equilíbrio germânico sem Metternich, mas depois daquele ano a posição da Áustria tornou-se um problema. A expansão dos jornais mudou este panorama, indício de ampliação da esfera pública e da constituição de forças disputando a arena política. O interesse crescente pelas questões do momento levaram à criação de várias cadeiras de história contemporânea, que atraíam grande público, e acabavam por deslocar muitos historiadores da ciência para a atuação política, como foi o caso das aulas de Droysen em Kiel.

¹ Dahlmann publicou seu *Política reduzida ao grau e medida das condições existentes* para tratar desta questão e foi um orador ativo dos direitos dos Schleswig-Holsteiners germânicos contra a monarquia dinamarquesa, ao lado de Droysen, que inclusive teria que deixar a Universidade de Kiel por conta disso.

Quando em 1849 a contra-revolução destruiu os parlamentos eleitos democraticamente e muitas das liberdades criadas pela revolução (BREUILLY, 2002:55) e em 1850 Saxônia, Hannover, Bavária e Wüttemberg decidiram criar uma nova liga de reinos, em oposição à Confederação Germânica, sendo realizadas eleições para o parlamento de Erfurt votar uma constituição para esta liga, que foi derrotada pelas tropas austríacos, preservando a Confederação (*Bund*), ficou evidente a impossibilidade de transformações mais radicais ou democráticas para o futuro da Alemanha. Este episódio, chamado também de humilhação de Olmütz, contudo, apenas abreviou a franca ascensão da Prússia como liderança política. Nas palavras de Von den Pfordten, primeiro ministro bávaro, “a luta pela hegemonia germânica havia sido selada e a Áustria perdeu” (Apud, BREUILLY 2002:58).

Ao contrário de Georg Iggers que vê na chamada Escola Histórica Prussiana a expressão de um otimismo político ingênuo face a estes acontecimentos, penso, que poderiam ser otimistas, mas não eram ingênuos. Mommsen, Gervinus e Droysen, por exemplo, não acreditavam na existência de um aperfeiçoamento espontâneo realizado pela história que tornaria as instituições melhores ou mais justas, como produtos necessários do desenvolvimento histórico. Igualmente, para eles, o poder não poderia ser somente o uso da força, mas o exercício de princípios éticos. Ou seja, ao contrário dos franceses que após a Revolução procuraram aplicar a lei natural à política ou, ou de Hegel que colocava a supremacia da razão sobre a história ou sobre os direitos individuais, revelam um entendimento político diverso ancorado no princípio constitucional. Droysen, por exemplo, escreveu as *Guerras de Libertação* entre 1842-3 e a *História da Política Prussiana*, em 1855, obras que tiveram forte impacto naquele contexto. Para ele a lei é muito, mas não é tudo e “o grande erro do liberalismo vulgar foi ter insistido no governo baseado na soberania popular e por direitos individuais garantidos (...) e a verdadeira essência do constitucionalismo consiste em o Estado remover de sua competência tudo aquilo que não propriamente pertence a ele” (IGGERS, 1983:107). Nacionalidade, portanto, deveria ser mais importante do que liberdade.

A identidade entre os historiadores prussianos não pode ser pensada sem reservas, tanto do ponto de vista político, quanto do ponto de vista epistemológico. Embora surgissem em um contexto comum e de uma mesma base, não são poucas as diferenças existentes. Na Comissão Constitucional durante o Parlamento de Frankfurt em 1849, Dahlmann e Droysen se opuseram ao voto universal, algo que Mommsen e Gervinus defendiam. Com o tempo, todos perceberam que a Unificação não poderia ser feita a partir de Frankfurt, mas de Berlim. Outro exemplo ocorreu durante a reforma do Exército por Bismarck em 1861, quando Duncker e Droysen não se manifestaram, mas Haym, editor do *Preussische Jahrbucher* escreveu um duro artigo lamentado que o chanceler desejasse salvar a velha ordem militar prussiana em uma nova Prússia. Treitschke, que apoiou Bismarck, foi convidado a deixar a revista. Mas a vitória sobre a Áustria em 1866 fez com que todos reatassem com o governo e, até mesmo Baumgarten realizou uma autocrítica de sua resistência à política do *Reich*. Somente Gervinus permaneceu irreconciliável com a liderança dos *Hohenzollern*, de Bismarck e de sua política militarista. Aos poucos, também Mommsen e Treitschke foram percebendo que os princípios liberais eram inconciliáveis com um poder nacional fundamentado na força. Note-se que este último era um liberal da Saxônia, filho de junker, de raízes tchecas, que apoiou a *Kulturkampf* contra a Igreja católica bem como defendia abertamente seu antisemitismo. Para Herman Baumgarten e Theodor Mommsen o caráter liberal do governo de Bismarck era tênue, pois as instituições e a própria sociedade estavam nas mãos de uma elite senhorial militarista e burocrática de forte tradição autoritária (IGGERS, 1983:23). Segundo Mommsen

a estrutura autoritária do Estado alemão, sua parlamentarização incompleta, seu vínculo com valores de obediência militares e aristocráticos, impediram a emergência de um espírito de responsabilidade política entre o povo alemão no tempo em que a emergência dos movimentos políticos de massa junto ao padrão constitucional do governo bismarckiano tornou a cidadania absolutamente necessária (Apud IGGERS, 1983:23).

As forças políticas lentamente conduziram à formação de clubes, ligas e partidos políticos, os *radicais* Clube Democrático foi criado em 23 de março de 1848 e o Partido Comunista em janeiro de 1848, os *moderados* Clube

Constitucional e o Partido do Cassino em 1849. A simpatia pelos americanos não era velada. Rotteck e Welcker se inspiravam no federalismo de Thomas Jefferson, Gervinus afirmava que a América era o Estado do futuro (HAHN, 1996:38) e

Droysen advogava um novo tipo de governo representativo que poderia incrementar a unidade e coesão do Estado sem a eliminação completa da estratificação social existente ou, igualmente importante na Alemanha, a supressão das peculiaridades regionais (SOUTHARD, 1995:16).

Buscar o *just milieu*, o equilíbrio, eis a tônica da moderação de Droysen. Em seus estudos sobre as *Guerras de Liberdade*, ele "ofereceu uma exposição detalhada da história americana e europeia e demonstrou a inevitabilidade histórica da unificação alemã como uma monarquia constitucional sob a preponderância da Prússia" (Southard, 1995:33). Em *A posição política da Prússia*, de 1845 defendeu Frederico IV e seu papel na manutenção da paz e no desenvolvimento cultural e econômico nos países germânicos.

Duncker em *Crise da Reforma*, publicado em 1845, dividiu a história em quatro períodos: o primeiro é o do Iluminismo e seu pensamento ahistórico, o segundo é o do romantismo e seu amor acrítico pelo passado, o terceiro é o idealismo de Hegel e sua tentativa de colocar conteúdos ilegítimos em formas legítimas e o último do empirismo, onde se inseria. Duncker e Haym participaram do movimento protestante conhecido como *Amigos da Luz (Lichtfreunde)*, que estabeleceu congregações livres em várias cidades alemãs. Separavam o desenvolvimento do Estado (prussiano) do desenvolvimento nacional (germânico), cuja história, no entanto, tinha uma mesma fonte: os desígnios divinos. Duncker e Droysen estavam do lado das populações germânicas em Schleswig-Holstein e contra os dinamarqueses. Tratando da Prússia, revela Duncker

A monarquia constitucional aparece para nós como uma demanda requerida do tempo, como a necessidade histórica de nossa época, como a reconciliação entre o norte e o sul da Alemanha, como o compromisso entre o absolutismo e a liberdade. O princípio conquistado era serem oferecidas condições aceitáveis, uma paz própria para ser concluída entre os partidos em disputa. Constitucionalismo, como desejamos, era para ser democrático e honrado: não para ser limitado pela representação da burguesia em que um administração poderosa e centralizada controlasse o balanço; era para proceder de um auto governo das províncias e ser direcionado para o caminho de um Parlamento germânico (Apud SOUTHARD, 1995:122).

Droysen tinha medo da anarquia republicana (SOUTHARD, 1995:123) e da revolução, da guerra civil. E temia que os príncipes não fossem receptivos, compreensivos com o projeto da unificação. Para Droysen, “a Alemanha deveria ser forte, mais forte que o perigo ou nossa esperança” (Apud SOUTHARD, 1995:26). A constituição prussiana, aprovada, teria o mérito de ser confeccionada com base na representação provincial. Suas expectativas, contudo, foram frustradas pelos acontecimentos e ele voltou-se para o trabalho acadêmico.

Haym insistia que “o processo histórico consiste no progressivo desenvolvimento da ideia que subsume todos os fatos e valores” (Southard, 1995:87). Ele acrescentou à ideia de progresso contida na filosofia hegeliana, embora abandonasse sua crença em verdades atemporais, a empiricidade, historicizando a ética. A pedido de Duncker, Haym leu o panfleto de Gervinus *A Constituição Prussiana* redigido em 1847 e chegou a conclusões parecidas com as de Droysen. A Prússia não precisava de uma constituição porque o constitucionalismo era algo inevitável, ela precisava de uma constituição para preparar o caminho da unificação. Enquanto Gervinus apelava para a força dos negócios, Haym tratava do poder dos negócios – pensando-os como agentes de mudança.

Sybel, protestante vivendo em um território católico, era um fervoroso adepto do modo rankeano de escrever e pesquisar história, mas não de fazer política. Em 1843 escreveu *Sobre os Tories* e também *Sobre a relação da nossa Universidade com a vida pública*. Criticava as monarquias absolutas, contrapondo-as à liberdade, ao caminho constitucional e representativo. E também o mito do herói de Edmund Burke. Redigiu *Os partidos políticos do Reno* em 1847, para combater o partido feudo-clerical. É dele o maior número de colaborações na *Historische Zeitschrift*, da qual foi o também o editor-chefe até 1895. Em seguida o periódico foi dirigido no curto período de um ano, entre 1895 e 1896 por Heinrich von Treitschke e, em seguida por Friedrich Meinecke de 1896 a 1935.

Ao tratar dos historiadores prussianos, Southard retrata Duncker como mais ingênuo, Haym como mais raivoso, Droysen como mais enérgico e personalista, Sybel como o mais conciliatório.

À guisa de conclusão eu lembraria que as motivações da pesquisa histórica partem sempre de circunstâncias do presente relacionadas às carências de sentido provocadas pelas transformações ocorridas, e isso não foi diferente em relação aos historiadores alemães. Todos eles abandonaram a produção de uma história filosófica por outra, mais empirista e mais voltada para as repostas aos problemas colocados em seu tempo, que invariavelmente se situava entre a política e a diplomacia. Lideranças em suas localidades, articulados, cultos, autores conhecidos e enérgicos, aqueles historiadores não poderiam se furtar do debate político vivido, tampouco fugir do chamamento que a sua atuação exigia. Concordo com Rüsen que vê na historiografia

um modo de constituição narrativa de sentido, no qual domina o fator da relação ao público-alvo, de dirigir-se a alguém mediante o pensamento histórico (que, aliás, sempre é pensado para alguém, para um público ou para um grupo de pesquisadores, por exemplo). É determinante desse modo e de sua especificidade científica o ponto de vista da *relevância comunicativa*. Ela diz respeito à receptividade das histórias. (RÜSEN, 2008:28).

Assim, podemos perceber que havia um rico e profundo diálogo que foi estabelecido entre os historiadores da Escola Histórica Prussiana do século XIX e sociedade na qual se inseriam, não somente no plano do pensamento, mas, sobretudo, no plano da ação, encurtando a distância entre ciência e política, suas verdadeiras e inseparáveis vocações.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BARTHES, Roland. O discurso da história. In: **O rumor da língua**. São Paulo: Brasiliense, 2004.

BENTIVOGLIO, Julio. Leopold von Ranke. In: MALERBA, Jurandir (org). **Lições de História**. Rio de Janeiro: Porto Alegre: Ed. PUC-RS: FGV, 2010 (no prelo).

BREISACH, Ernst. **Historiography: Ancient, Medieval, and Modern**. Chicago: University Of Chicago Press, 2007.

BREUILLY, John. **Austria, Prussia and Germany, 1806-1871**. New York: Longman, 2002.

CARDOSO, Ciro Flamarion S. **Uma introdução a história**. 7a ed. São Paulo: Brasiliense, 1988.

CERTEAU, Michel de. A operação historiográfica. In: **A escrita da história**. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2002.

COLLINGWOOD, R. G. **A ideia de história**. Portugal: Presenca, 1972

CROCE, Benedetto. **Teoria e história de la historiografia**. Buenos Aires: Iman, 1953.

DROYSEN, Johann G. **Manual de teoria da história**. Petrópolis: Vozes, 2009.

ELIAS, Norbert. **Os alemães**. Rio de Janeiro: Zahar, 1997.

FARMER, Alan. **The unification of Germany 1815-1819**. London: Hodder Murray, 2007.

FUNARI, Pedro P. de Abreu & SILVA, Glaydson. **Teoria da história**. São Paulo: Brasiliense, 2009.

GERVINUS, Georg G. **Fundamentos de teoria da história**. Petrópolis: Vozes, 2010

GOOCH, G. P. **History and historians in the nineteenth century**. Boston: Beacon Press, 1959.

GUMBRECHT, Hans Ulrich. **As funções da retórica parlamentar na Revolução Francesa**: estudos preliminares para uma pragmática do texto. Belo Horizonte: Ed. UFMG, 2003.

HAHN, Hans Joachim. **The 1848 revolutions in German-speaking Europe**. London: Pearson, 2001.

HARLAN, David. Intellectual history and the return of narrative. **American Historical Review**, v.94, n.3, p.622-636, 1989.

HOBBSAWM, E. J. **Nações e nacionalismo desde 1780**: programa, mito e realidade. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1991.

HOLANDA, Sérgio Buarque de. **Ranke**. São Paulo: Ática, 1981.

HUBER, Ernst R. **Deutsche Verfassungsgeschichte seit 1789**.v.2, Stuttgart: s.n, 1960.

IGGERS, Georg: **The German Conception of History**: The National Tradition of Historical Thought from Herder to the Present. Hanover: Wesleyan University Press, 1983.

JASMIN, Marcelo G. & FERES JUNIOR, João. História dos conceitos: dois momentos de um encontro intelectual. In: __. **História dos conceitos**. Rio de Janeiro: Puc: Loyola, 2006

KOSELLECK, **Estratos del tiempo**. Barcelona: Paidós, 2003.

KOSELLECK, Reinhart. **Futuro passado**. Rio de Janeiro: Contraponto, 2006.

MARTINS, Estevão de Rezende. Historicismo: o útil e o desagradável. In: VARELLA, Flávia et al. **A dinâmica do historicismo**. Belo Horizonte: Argumentum, 2008.

MOMMSEN, Theodor. O ofício do historiador (1874). In: MARTINS, Estevão de Rezende. **A história pensada**. São Paulo: Contexto, 2010.

MATA, Sérgio da. Leopold von Ranke (1795-1886). In: MARTINS, Estevão de Rezende. **A história pensada**. São Paulo: Contexto, 2010

MEINECKE, F. **El historicismo y su genesis**. México: Fondo de Cultura Económica, 1997.

MOMIGLIANO, Arnaldo. **Ensayos de historiografía antigua y moderna**. Mexico: Fondo de Cultura Económica, 1993.

RANKE, Leopold von. Sobre o caráter da ciência histórica. In: MALERBA, Jurandir (org). **Lições de História**. Rio de Janeiro: Porto Alegre: Ed. PUC-RS: FGV, 2010 (no prelo).

RINGER, Fritz. **O declínio dos mandarins alemães**. São Paulo: Edusp, 1999.

ROBERTSON, Charles G. & MARRIOT, J. A. R. **The evolution of Prussia: the making of na Empire**. Westport: Oxford University Press, 1986.

RÜSEN, Jörn. **História viva**. Brasília: Ed.Unb, 2009.

RÜSEN, Jörn. **Razão histórica**. Brasília: UnB, 2001.

SCHÄFER, Dietrich. **Deutsches Nationalbewusstsein in Licht der Geschichte**. Iena: Fischer, 1884.

SILVA, Helenice R. A história intelectual em questão. In: LOPES, Marcos A. **Grandes nomes da história intelectual**. São Paulo: Contexto, 2006.

KIRSCHNER, Teresa C. Tradição intelectual e espaço historiográfico: ou por que dar atenção aos clássicos. In: LOPES, Marcos A. **Grandes nomes da história intelectual**. São Paulo: Contexto, 2006.

STERN, Fritz. **O mundo alemão de Einstein**. São Paulo: Companhia das Letras, 2004

TAYLOR, A. J. P. **The Habsburg monarchy (1809-1918)**. London: Penguin, 1990.

WHITE, Hayden. **The content of the form**. Baltimore: Johns Hopkins University Press, 1990.